SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**

Parte I
ESPECIFICIDADES RELATIVAS AO AMBIENTE

Capítulo I – AMBIENTE E ECOLOGIA **21**

1 Considerações iniciais 21

2 Conceito de ambiente das ciências biológicas 22

3 Ambiente e Ecologia 23

Capítulo II – ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEGRADAÇÃO DO AMBIENTE **27**

Seção I – A INFLUÊNCIA DO HOMEM SOBRE O AMBIENTE AO LONGO DE SEU PASSADO 27

1 A importância do passado 27

2 A desmistificação da natureza 30

Seção II – A NATUREZA E O HOMEM 34

1 Introdução 34

2 Breve histórico das atividades econômicas do homem e sua interferência no mundo natural 36

2.1 A economia coletora, a caça e a pesca. 36

2.2 A economia das comunidades nômades: o pastoreio 39

2.3 A agricultura 43

2.4 As sociedades industriais 50

Seção III – ÉTICA E AMBIENTE 56

1 Introdução 56

2 Um modelo de ética ecológica 58

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo III – A FLORA BRASILEIRA 73

Seção I – O ECOSSISTEMA 73

1 Considerações iniciais 73

2 Conceito de ecossistema 74

3 A estrutura do ecossistema 76

Seção II – A FLORA E SUAS PRINCIPAIS ESPECIFICIDADES 78

1 Conceito e classificação geral da flora 78

2 Principais divisões florísticas do planeta 81

3 Formações vegetais 82

3.1 A fisionomia da vegetação 82

3.2 Principais formações vegetais brasileiras 83

3.2.1 Florestas 84

3.2.2 Cerrados ou Campos Cerrados 88

3.2.3 Cerradão 91

3.2.4 Caatinga 92

3.2.5 Pantanal 93

3.2.6 Campo limpo 95

3.2.7 Restinga 96

3.2.8 Babaçual 99

Seção III – FUNÇÕES ECOLÓGICAS DA COBERTURA VEGETAL 100

Parte II
TUTELA CONSTITUCIONAL DA FLORA

Capítulo I – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA PROTEÇÃO DA FLORA 105

1 Introdução 105

2 Meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito reconhecido constitucionalmente e sua natureza jurídica 107

3 O tratamento constitucional da flora 113

4 Tratados internacionais de proteção ambiental 115

Capítulo II – SOCIEDADE DE RISCO E INTERVENÇÃO DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DA FLORA BRASILEIRA 121

1 Sociedade de risco e papel do Direito Penal 121

2 Comando constitucional de criminalização dos atentados contra a flora 129

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Parte III
TUTELA PENAL DA FLORA BRASILEIRA

Capítulo I – ASPECTOS GERAIS DA TUTELA PENAL DA FLORA BRASILEIRA 137

1 Delimitação do bem jurídico a proteger 137

2 Problemas na construção dos injustos penais ecológicos 152

2.1 Considerações gerais 152

2.2 O recurso da norma penal em branco nos delitos ecológicos 155

2.3 Aspectos da estrutura do tipo de injusto penal florístico 159

Capítulo II – COMPORTAMENTOS ANTIECOLÓGICOS CONFORMADORES DOS INJUSTOS PENAIS FLORÍSTICOS 167

Seção I – OS INJUSTOS PENAIS FLORESTAIS DA LEI 9.605/98 167

Seção II – DELITOS CONTRA AS FORMAÇÕES VEGETAIS SITUADAS EM ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS OU OBJETO DE ESPECIAL PRESERVAÇÃO 169

1 Atentados contra as florestas consideradas de preservação permanente e vegetação do Bioma Mata Atlântica 170

1.1 Considerações gerais sobre áreas de preservação permanente 170

1.2 Injusto penal do art. 38 173

1.2.1 Bem jurídico e sujeitos do delito 174

1.2.2 Conduta e objeto material 175

1.2.3 Consumação e tentativa 176

1.2.4 Elemento subjetivo do tipo 177

1.2.5 Modalidade culposa 178

1.3 Injusto penal do art. 38-A 178

1.3.1 Bem jurídico e sujeitos do delito 178

1.3.2 Conduta e objeto material 179

1.3.3 Consumação e tentativa 181

1.3.4 Elemento subjetivo do tipo 182

1.3.5 Modalidade culposa 182

1.4 Injusto penal do art. 39 182

1.4.1 Bem jurídico e sujeitos dos delitos 182

1.4.2 Conduta e objeto material 183

1.4.3 Consumação e tentativa 184

1.4.4 Elemento subjetivo do tipo 184

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.5 Conflito aparente de normas entre os injustos penais do art. 38 e do art. 39 185

2 Extração de minérios de florestas de domínio público, ou consideradas de preservação permanente 188

2.1 Bem jurídico e sujeitos do delito 188

2.2 Conduta e objeto material 189

2.3 Consumação e tentativa 191

2.4 Elemento subjetivo do tipo 191

3 Atentados contra as Unidades de Conservação da Natureza 191

3.1 Considerações gerais sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza 191

3.2 Injusto penal do art. 40 195

3.2.1 Bem jurídico e sujeitos do delito 195

3.2.2 Conduta e objeto material 196

3.2.3 Consumação e tentativa 202

3.2.4 Elemento subjetivo do tipo 202

3.2.5 Circunstância agravante 202

3.2.6 Modalidade culposa 203

3.3 Art. 40-A 203

3.4 Injusto penal do art. 52 207

3.4.1 Bem jurídico e sujeitos do crime 207

3.4.2 Conduta e objeto material 208

3.4.3 Consumação e tentativa 211

3.4.4 Elemento subjetivo do tipo 211

3.4.5 Outros aspectos 212

4 Atentado contra vegetação objeto de especial preservação 213

4.1 Bem jurídico e sujeitos do delito 213

4.2 Conduta e objeto material 213

4.3 Consumação e tentativa 218

4.4 Elemento subjetivo do tipo 218

5 Atentado contra florestas situadas em terras públicas ou devolutas 218

5.1 Bem jurídico e sujeitos do delito 219

5.2 Conduta e objeto material 219

5.3 Consumação e tentativa 220

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.4 Elemento subjetivo do tipo 220
5.5 Excludente da ilicitude....220
5.6 Causa de aumento de pena 221
Seção III – INCÊNDIO FLORESTAL....221
1 Introdução....221
2 Delito de incêndio florestal 222
2.1 Bem jurídico e sujeitos do delito....223
2.2 Conduta e objeto material 224
2.3 Consumação e tentativa 225
2.4 Elemento subjetivo do tipo 226
2.5 Modalidade culposa 226
3 Breves considerações sobre o delito de incêndio do Código Penal e a contravenção de queimada do Código Florestal 226
Seção IV – ATENTADO CONTRA A FLORA POR MEIO DE BALÕES.... 229
1 Introdução....229
2 Injusto penal do art. 42 230
2.1 Bem jurídico e sujeitos do delito....230
2.2 Conduta e objeto material 231
2.3 Consumação e tentativa 232
2.4 Elemento subjetivo do tipo 232
Seção V – DOS DELITOS DE EXPLORAÇÃO IRREGULAR DE MADEIRA DE LEI E DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL 232
1 Exploração irregular de madeira de lei....232
1.1 Bem jurídico e sujeitos do delito....233
1.2 Conduta e objeto material 233
1.3 Consumação e tentativa 234
1.4 Elemento subjetivo do tipo 235
2 Recebimento, aquisição e comercialização irregular de produtos florestais 236
2.1 Bem jurídico e sujeitos do delito....236
2.2 Conduta e objeto material 236
2.3 Consumação e tentativa 238
2.4 Elemento subjetivo do tipo 238

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Seção VI – ATENTADO CONTRA A REGENERAÇÃO NATURAL DA FLORA 239
1 Bem jurídico e sujeitos do delito 239
2 Conduta e objeto material 239
3 Consumação e tentativa 241
4 Elemento subjetivo do tipo 241
Seção VII – ATENTADO CONTRA PLANTAS DE ORNAMENTAÇÃO .. 241
1 Bem jurídico e sujeitos do delito 241
2 Conduta e objeto material 244
3 Consumação e tentativa 245
4 Elemento subjetivo do tipo 245
5 Modalidade culposa 245
Seção VIII – COMÉRCIO E EMPREGO IRREGULAR DE MOTOSSERRA .. 246
1 Bem jurídico e sujeitos do delito 246
2 Conduta e objeto material 246
3 Consumação e tentativa 247
4 Elemento subjetivo do tipo 247
Seção IX – CAUSAS DE AUMENTO DE PENA NOS DELITOS CONTRA A FLORA 248

CONCLUSÕES PRINCIPAIS 255

REFERÊNCIAS 263

ÍNDICE ALFABÉTICO 273

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br